

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE EVENTOS CRIATIVOS EM MUNICÍPIOS COMO RECURSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16053>

Submetido em: 31/5/2024

Aceito em: 8/7/2024

Monica Franchi Carniello¹; Viviane Fushimi Velloso²; Rebeca Oliveira Assis³
Márcia Regina de Oliveira⁴; Eduardo Hidenori Enari⁵

RESUMO

A dimensão cultural dos territórios tem sido compreendida como uma potencialidade para o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. A identificação das especificidades culturais que distinguem o território associada à estruturação de políticas públicas de fomento a produtos culturais potencialmente pode ser uma maneira de gerar emprego e renda para a população, com base na identidade territorial. Uma dificuldade dos municípios é mensurar os resultados das ações da economia criativa, devido às diferenças de maturidade de capacidade institucional. Este artigo tem como objetivo propor um modelo metodológico para verificar o impacto da realização de eventos criativos na dinâmica social e econômica do município. O método proposto é passível de ser testado em municípios de quaisquer portes e para todos os tipos de eventos. Foi realizada uma aplicação da pesquisa em um evento criativo em município de médio porte, o que permitiu validar e aprimorar o instrumento de coleta de dados. Conclui-se que o modelo de pesquisa proposto é viável e reproduzível em eventos de municípios de qualquer porte, o que contribui para gerar visibilidade para as ações de economia criativa e seu papel nos processos de desenvolvimento de um território.

Palavras-chave: cultura; economia criativa; desenvolvimento territorial; método de pesquisa; evento.

METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR EVALUATING CREATIVE EVENTS IN MUNICIPALITIES AS A LOCAL DEVELOPMENT RESOURCE

ABSTRACT

The cultural dimension of territories has been understood as a potential for local and regional development through the creative economy. The identification of cultural specificities that distinguish the territory associated with the structuring of public policies to promote cultural products can potentially be a way of generating employment and income for the population, based on cultural identity. A difficulty faced by municipalities is measuring the results of creative economy actions due to differences in institutional capacity maturity. This article aims to propose a methodological model to verify the impact of holding cultural events on the social and economic dynamics of the municipality. The proposed method can be tested in municipalities of any size and for all types of events. The research was applied at a creative event in a medium-sized municipality, which allowed the validation and improvement of the data collection instrument. It is concluded that the proposed research model is viable and reproducible in events in municipalities of any size, which contributes to generating visibility for creative economy actions and their role in the development processes of a territory.

Keywords: culture; creative economy; territorial development; research method; event.

¹ Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3107-901X>

² Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1674-8182>

³ Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <https://orcid.org/0009-0003-2280-5707>

⁴ Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9462-9445>

⁵ Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <https://orcid.org/0009-0009-0424-8613>

INTRODUÇÃO

Promover e estruturar o desenvolvimento de municípios é um desafio que demanda um olhar sistêmico e multidimensional sobre as questões sociais, econômicas e ambientais. A perspectiva do desenvolvimento local evidencia o papel fundamental que os municípios têm, em um contexto globalizado, na promoção do bem-estar social dos cidadãos (Boudin, 2001).

A abordagem territorial do desenvolvimento (Pecqueur, 2006; Dallabrida *et al.*, 2023; Flores, 2006; Magnaghi, 2000) reconhece os componentes e variáveis do território como características específicas que podem ser ativadas por meio de projetos de desenvolvimento.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) conferiu significativa autonomia aos municípios, ao reconhecê-los como entes federativos, o que resultou em maior autonomia política, financeira, administrativa e legislativa, cenário convergente com a abordagem do desenvolvimento local, que identifica os municípios e regiões como atores e agentes do desenvolvimento.

O processo de municipalização intensifica-se no Brasil a partir da década de 40 do século 20 (Faria, 2006). Conforme o IBGE (2022), o Brasil possui 5.568 municípios e dois distritos. Apesar do processo de descentralização político-administrativa, a autonomia municipal não está plenamente conquistada, visto que muitos municípios ainda dependem financeiramente do Estado e da União por sua fragilidade econômica (Faria, 2006), o que impacta em sua capacidade institucional, revelando as complexidades das escalas de desenvolvimento apontadas por Brandão (2007). Compreende-se a capacidade institucional sob os prismas político e administrativo, de forma a absorver responsabilidades, operar de forma eficiente e responsável, pautada na governança, considerando a relação entre autonomia e interdependência em relação a outras organizações do sistema (Huerta, 2008).

Na gestão municipal, um dos desafios que se impõe é o processo de gerar indicadores e dados que permitam diagnosticar os recursos territoriais e mensurar o resultado de ações, programas e projetos de desenvolvimento. No primeiro caso, ao se constatar lacunas sobre a identificação das potencialidades territoriais por ausência de informações coletadas e organizadas de forma sistematizada, tem-se como efeito a invisibilidade de recursos territoriais que compõem a dinâmica local e que teriam a potencialidade de serem mais bem explorados como ativos para o desenvolvimento do município.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) revelam as lacunas existentes na mensuração e avaliação do desenvolvimento, ao se privilegiar indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), focado na produção, e dar menos importância a medidas de distribuição de renda, consumo, riqueza e bem-estar. Não se contesta o fato de que os indicadores econômicos são importantes na medida em que representam dados e informações apontadores do comportamento individual e coletivo das variáveis e fenômenos componentes de um sistema econômico, quaisquer que sejam as dimensões territoriais pesquisadas (Pimenta, 2014, p. 51). Faz-se necessário, no entanto, um esforço para dar visibilidade às demais dimensões do território.

No tocante à mensuração dos resultados da gestão municipal, um dos aspectos enfrentados é gerar dados de forma exequível e compatível com as estruturas administrativas e capacidade institucional para avaliação de políticas, projetos e ações de desenvolvimento local.

Entre as lacunas de dados em escala municipal, nota-se uma fragilidade e inconstância dos indicadores e métricas de avaliação da dimensão cultural, a despeito de iniciativas como o levantamento Cultura em Números, realizado pelo Ministério da Cultura (Brasil, 2010) e o Mapa de Equipamentos Culturais realizado pela Rede Nossa São Paulo (2016). Não se pode negar a existência de esforços para suprir metodologicamente essa lacuna, especialmente com o reconhecimento do potencial da Economia Criativa como vetor de desenvolvimento, não apenas no meio acadêmico, mas empiricamente em projetos de desenvolvimento, como o caso da Austrália e Inglaterra (Pinheiro; Martins; Barth, 2015).

A disponibilidade de dados, no entanto, não se faz homogênea para todos os municípios. Ademais, faz-se necessária a disponibilidade de ferramentas simples e viáveis que possam ser apropriadas pelos gestores públicos municipais de forma dinâmica e que ofereçam dados a tempo de serem utilizados para tomadas de decisão e estabelecimento de ações de aprimoramento dos aspectos diagnosticados, se for o caso.

Para contribuir com esse debate, o objetivo deste artigo é propor um modelo metodológico de pesquisa, com operacionalização compatível com as estruturas administrativas distintas dos municípios, para verificar o impacto de eventos criativos na dinâmica econômica local. A proposta está ancorada na heterogeneidade da capacidade institucional dos municípios brasileiros, conforme demonstra o Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA), ferramenta desenvolvida pelo Conselho Federal de Administração (CFA, 2024). Destaca-se que não se trata de uma proposta para construção de um indicador, e sim o desenho metodológico que permita uma coleta de dados primários a ser executada pelo poder público executivo que possibilite obter resultados para dar suporte à gestão dos recursos destinados à cultura, bem como evidenciar o potencial da economia criativa, ainda ausente em muitos projetos de desenvolvimento. Assim sendo, a disponibilização de um modelo de pesquisa que possa ser apropriado e aplicado nos municípios como instrumento de gestão pode ser uma forma de demonstrar como os eventos criativos, formato frequente de manifestação da dimensão cultural dos territórios e das categorias da economia criativa, podem ser vetores de dinamismo econômico associado às especificidades culturais locais.

Soma-se a esse contexto o fato de o emprego em economia criativa se concentrar nas principais regiões metropolitanas, conforme demonstram Porto e Azambuja (2022) ao evidenciar os padrões espaciais da economia criativa no Brasil.

Elegeu-se o recorte da economia criativa pois o contexto dos processos produtivos na sociedade contemporânea tem evidenciado a dimensão cultural como campo fértil para o desenvolvimento do território ao destacar a cultura na dinâmica socioeconômica dos municípios. Santana, Silva e Bertassi (2023) identificam a falta de estrutura da administração pública municipal que viabiliza as possibilidades de expansão econômica por meio da economia criativa.

O artigo apresenta o referencial teórico ancorado na abordagem territorial do desenvolvimento, economia criativa como elemento constituinte da dimensão cultural do território e capacidade institucional, para então propor um método de pesquisa para avaliação de eventos criativos na dinâmica econômica local, que pode ser apropriado e reproduzido em municípios de qualquer porte e com níveis de maturidade de capacidade institucional distintos.

A DIMENSÃO CULTURAL NA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Adota-se a perspectiva do desenvolvimento com base no território, este compreendido como uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais (Raffestin, 1993).

O território envolve, ao mesmo tempo, mesmo em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos (Saquet; Briskievicz, 2020, p. 6).

Com base em uma análise socioeconômica, cultural e ambiental de um determinado recorte espacial, tem-se um diagnóstico dos elementos formativos do território para subsidiar políticas de desenvolvimento.

Ao compreender as dimensões constituintes de um território, vislumbra-se as potencialidades e especificidades dos recursos territoriais. Dallabrida (2020) enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que considere as especificidades locais e promova políticas adaptadas às realidades de cada município.

Barros *et al.* (2023) constataram, com base em uma pesquisa bibliométrica sobre economia criativa, que uma das abordagens presente nos artigos é a consideração das políticas públicas para o setor. Os autores destacam que as políticas públicas de economia criativa devem ser adequadas aos contextos e especificidades locais, pois dessa forma têm maior chance de sucesso do que aquelas copiadas de modelos pensados para outros contextos.

A fundamentação de políticas, projetos e ações de desenvolvimento com base nas especificidades territoriais demanda o conhecimento e reconhecimento do patrimônio territorial. Entende-se por patrimônio territorial como

o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (Dallabrida, 2020, p. 12).

O patrimônio territorial expressa-se contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual (Dallabrida; Rotta; Büttenbender, 2021).

Quando recursos genéricos são transformados em bens destinados à geração de renda, eles não produzem distinção entre territórios (Dallabrida, 2021). A diferenciação ocorre quando são manipulados os recursos específicos como ativos nas estratégias locais de desenvolvimento (Flores, 2006). Esses recursos podem ser ativados por meio de projetos de desenvolvimento.

A dimensão cultural do território é formada por um conjunto de componentes que englobam a multiculturalidade; as manifestações e equipamentos culturais; a estrutura de mídia e a economia criativa (Carniello; Santos; Pimenta, 2023). Para Cunha (2010) “cultura abrange as relações sociais e os modos de vida material e simbólico de uma sociedade, incluindo características e valores econômicos, técnicas, estruturas, políticas, comportamentos éticos-morais, crenças, formas educativas e criações artísticas”.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma região pode estar pautado na construção de um espaço-tempo, que promova o processo de produção cultural e que fortaleça a identidade local. A partir disso, impacta na elaboração de políticas públicas alinhadas à dimensão cultural do patrimônio territorial.

A economia criativa, enfoque deste artigo, é compreendida como uma potencialidade para fomentar estratégias e projetos de desenvolvimento territorial. “A atratividade e a formação endógena de pessoas com um nível elevado de competências criativas dependem do conjunto de fatores, tais quais, oportunidades de trabalho, dinâmica social e interação cultural” (Vieira; Carniello; Santos, 2018, p. 251).

A economia criativa, portanto, um dos componentes da dimensão cultural dos territórios, apresenta-se como uma possibilidade de diversificação produtiva e superação de modelos mais concentrados de atividade econômica que geram maior dependência de capital internacional, como a industrialização. Florida (2002) destaca que a força de uma cidade está diretamente ligada à sua dimensão criativa, o que contempla seu dinamismo cultural e artístico, e à capacidade de resposta ao declínio da produção e do emprego industrial.

A economia criativa tem ganhado destaque nos últimos anos, em um contexto de transição fomentado pelo processo de passagem de um modelo de acumulação fordista para um modelo de acumulação flexível (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008).

Territórios com um modelo econômico mais centrado na industrialização foram impactados pelo fenômeno da desindustrialização. “A menor oferta de trabalho no setor industrial impõe o desafio de alocar trabalhadores para outros setores, com a necessidade de considerar a necessidade de agregar valor ao conjunto da economia” (Vieira; Carniello; Santos, 2018, p. 9). Soma-se a urgência em promover o desenvolvimento territorial de forma sustentável com base nas especificidades endógenas, como forma de ativação do patrimônio territorial (Dallabrida; Rotta; Büttendbender, 2021). Essa abordagem converge com a perspectiva de territórios resilientes.

A configuração atual das sociedades contemporâneas coloca assim uma dupla pressão aos desideratos e futuros desejáveis: (a) por um lado o reconhecimento da necessidade de contributos estruturais, com respostas resilientes, na configuração e/ou reabilitação dos lugares de vivência das populações no arco de memórias, identidades e utopia real em que se poderão ancorar; e (b) por outro lado, a urgência em respostas expeditas e igualmente resilientes às manifestações das crises e à sua intensificação em meio urbano, em reconhecimento da falência dos modelos adotados (Freitas; Esteves, 2012, p. 7).

Na identidade dos territórios, no contexto dos estudos culturais, têm-se as especificidades culturais como diferencial para o desenvolvimento de um território, uma vez que reforça a identidade local.

A cidade, a região e o estado-nação constituem-se a partir de expressões e condições culturais, entendendo-se cultura como práticas de significação, permeadas por relações de poder. As questões que dizem respeito à dimensão cultural do desenvolvimento regional são complexas e manifestam-se de diferentes formas nos territórios (Filippi; Brandt, 2016, p. 48).

Uma vez que a cultura é a essência do território e da comunidade que nela vive, capaz de fortalecer o sentimento de pertencimento dos cidadãos ao local, “A cultura evidencia o contexto cotidiano da experiência humana no tempo-espaço e demonstra o seu potencial de

produção de renda e sua distribuição, especialmente para o combate da desigualdade social e econômica” (Carniello; Santos; Pimenta 2023, p. 4).

Botelho (2016, p. 25) define “a ideia de que a cultura perpassa obrigatoriamente todos os aspectos da vida da sociedade e que, sem ela, os planos de desenvolvimento sempre serão incompletos e fadados ao insucesso”. Assim, pode-se considerar que a circulação da cultura no território organiza-se a partir dos processos de produção cultural revelados na territorialidade constituída.

Logo, “as indústrias culturais e criativas tornaram-se essenciais para o crescimento econômico inclusivo, reduzindo as desigualdades e colaborando para o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2024), visto que há um grande potencial na economia criativa de criar oportunidades que contribuam para a geração de renda e empregos a fim de promover a inclusão social e econômica.

Para tanto, é necessário compreender o modo como o território se comporta, identificar as oportunidades e criar um planejamento de maneira que relaciona a cadeia produtiva local e as possibilidades que a economia criativa pode proporcionar, pois se trata de “um conjunto de etapas consecutivas pelos quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (Prochnik; Haguenaer, 2001, p. 7). Para criar estruturas que favoreçam as atividades da economia criativa, “cabe à esfera municipal o conhecimento profundo de suas manifestações sem que o olhar para fora de sua realidade a impeça de valorizar e estimular as produções locais” (Botelho, 2016, p. 82), o que demanda a geração de dados e informações para fundamentar decisões de gestão.

Reis (2006, p. 25) define que “A economia da cultura utiliza seu arsenal de conhecimento e técnicas para comprovar de modo inquestionável a importância primordial da cultura como motor de crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico”. Logo, a abordagem da cultura como instrumento fundamental e impulsionador do crescimento econômico pode gerar subsídios para o desenvolvimento socioeconômico.

Santana, Silva e Bertassi (2023, p. 195) afirmam que

a Economia Criativa vem se constituindo como uma importante ferramenta de geração de emprego, renda e de combate à desigualdade nos países em desenvolvimento. Com o correto uso da criatividade, cria-se a possibilidade de traduzir o valor simbólico cultural da população em ganhos reais e concretos, úteis no processo de emancipação econômica da sociedade. As atividades econômicas criativas já são, intrinsecamente, desenvolvidas no dia a dia de grande parte da população.

Conforme a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad (Relatório de Economia Criativa 2010, 2012), indústrias criativas

- são os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários;
- constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento,
- focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual;
- constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado;

- posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais e
- constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial.

A identificação das atividades que compõem as diversidades de atividades das que integram a economia criativa é um desafio conceitual. Howkins (2013) categoriza a economia criativa em 15 setores: publicidade, arquitetura, arte, artesanato, design, moda, cinema, música, artes performáticas, publicação, pesquisa e desenvolvimento, software, brinquedos e jogos, rádio e TV e videogames. Já a Unctad (Relatório de Economia Criativa 2010, 2012) apresenta a seguinte categorização: artes visuais; sítios culturais; expressões culturais tradicionais; artes cênicas; audiovisuais; novas mídias; serviços criativos; design; editoras e mídia impressa.

Um formato que permeia a maioria das categorias mencionadas é o evento cultural, compreendido como forma de dinamização e projeção das cidades (Ramos, 2010; Silva; Santiago, 2018; Heliodoro, 2018). Retoma-se a heterogeneidade das estruturas administrativas dos municípios, que implicam níveis de maturidade distintos de capacidade institucional. “A capacidade institucional requer o envolvimento de elementos que integrem a agenda política dos governos e representem a potencialidade na estrutura administrativa” (Duarte; Drummond; Soares, 2018, p. 25).

Acco (2016) alerta sobre a necessidade de haver uma modelagem das instituições para dar suporte aos potenciais criativos nos diferentes territórios, superando o conceito simplista de que basta ter ideias criativas. Para contribuir com o fortalecimento dos municípios, especialmente os que por razões diversas tenham menor capacidade institucional, propôs-se um método de pesquisa para avaliar os efeitos econômicos de eventos criativos, para que sejam evidenciados e mensurados os ganhos econômicos, como uma forma de fomentar a inserção da economia criativa nos projetos de desenvolvimento.

Soma-se o fato de os indicadores relativos à economia criativa não comporem, usualmente, o conjunto de séries históricas dos dados gerados pela maioria dos municípios. Emmendoerfer (2019) valida a dificuldade de conduzir estudos sobre políticas públicas de turismo criativo na esfera municipal, ao identificar que as informações muitas vezes são difusas, restritas e de difícil acesso.

Soma-se ao debate conceitual da economia criativa o escopo e a categorização das atividades que a compõem. Acco (2016) apresenta as diversas abordagens de instituições globais e nacionais e sistematiza uma proposta de abordagem ampliada da economia criativa brasileira, que identifica os seguintes setores: artes visuais e artesanais; idiomas, livros e impressos; design e serviços criativos; indústrias e *copyright*; territórios criativos; artes e espetáculos; audiovisual e mídias interativas; patrimônio cultural e natural; empreendimentos criativos; patrimônio cultural intangível. Além disso, considerou dois outros componentes transversais e estruturais a todas as atividades da economia criativa.

Neste artigo, optou-se por tomar como objeto de estudo o evento, por ser um formato transversal os diversos setores da economia criativa. Não se trata de um setor em si, mas é um formato que transita pelas artes visuais e artesanais (eventos como exposições, feiras de artesanato, por exemplo); artes e espetáculos, que se manifestam no formato de eventos; patrimônio cultural intangível (festas tradicionais, religiosas, por exemplo); territórios culturais (eventos relacionados a turismo cultural, por exemplo), entre outros. O formato evento, por sua

diversidade e conexão com vários setores da economia criativa, potencialmente é passível de realização em todo tipo de município, independente de porte e especificidades territoriais.

Para reforçar a relação entre evento, como uma forma de manifestação dos setores da economia criativa, e desenvolvimento, apresenta-se a afirmação de Costa (2018, p. 64): “O turismo ou o evento cultural turístico é um dos mais expressivos setores da economia de uma localidade apresentando-se como uma alternativa para impulsionar o desenvolvimento regional, com ênfase nas teorias do desenvolvimento local”.

Ancora-se a escolha do formato evento também na perspectiva de Richards (2013), que estabelece integração entre economia criativa e turismo, que resulta em uma abordagem na qual são desenvolvidas experiências para turistas, nas quais o formato de evento é aderente.

Ao tornar visíveis os efeitos dos eventos criativos em um município, destaca-se o potencial da economia criativa como vetor de desenvolvimento, bem como tem-se dados para fundamentar a tomada de decisão dos gestores públicos.

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa. O artigo assume as especificidades de um artigo tecnológico, por atender aos critérios elencados por Motta (2022): orientação ao uso; foco na solução de problemas; novidade e audiência acadêmica, conforme indicado no parágrafo subsequente.

A proposta de um modelo de pesquisa para avaliação de eventos criativos na dinâmica econômica local (problema identificado), que pode ser apropriado e reproduzido em municípios de qualquer porte (orientação ao uso) e com níveis de maturidade de capacidade institucional (novidade); com sustentação teórico-metodológica (audiência acadêmica).

Adotou-se o formato evento como objeto nesta proposta orientada ao uso, pelo fato de este contemplar a execução de diversos setores da economia criativa e, portanto, abranger as demandas das atividades executadas em grande parte dos municípios.

Optou-se pelo termo evento criativo para designar os eventos planejados e organizados e/ou autorizados institucionalmente pela gestão pública municipal, como estratégia de desenvolvimento e forma de estimular a economia criativa. Esclarece-se que, conforme Acco (2016), há uma fluidez que relaciona “economia da cultura e a economia criativa”, sendo possível perceber que mutuamente se retroalimentam, o que permite inferir que os eventos criativos não se dissociam necessariamente dos eventos culturais. Sob o prisma do desenvolvimento endógeno, entende-se que os eventos que são embasados e valorizam os recursos locais e específicos do território, como ações inseridas nas políticas de desenvolvimento, tendem a ser mais eficazes, por sua relação com a identidade territorial e envolvimento da população.

Adotaram-se os seguintes pressupostos:

- i. O método de pesquisa proposto deve contemplar a coleta de dados a ser realizada durante o evento. Conforme Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010), é importante que as emoções, opiniões e aspirações dos indivíduos sejam coletadas no momento dos acontecimentos, pois o tempo tende a apagar da memória essas experiências.

- ii. A operacionalização da pesquisa deve ser exequível por equipes enxutas e diversas, considerando as heterogeneidades da capacidade técnico-administrativa dos municípios.
- iii. O método proposto deve ser replicável para vários tipos e portes de eventos, com poucas adaptações, para que municípios com equipes técnico-administrativas distintas possam utilizá-los sem a necessidade de contar com profissionais especializados em pesquisa.
- iv. O método de pesquisa proposto deve ser testado em uma aplicação-piloto, para validação e aprimoramento do instrumento de coleta de dados.

Ao considerar os pressupostos adotados, elegeu-se a pesquisa de opinião pública (*survey*) como a adequada para o objetivo proposto. Justifica-se a escolha desse método pelas seguintes razões (Richardson, 1999; Barros; Duarte, 2009):

- método adequado para medir atitudes e opiniões sobre questões sociais e econômicas;
- segue os preceitos éticos de confidencialidade e anonimato, atendendo à prerrogativa da resolução CNS 510/2016 (Brasília, 2016) que trata de ética em pesquisa de Ciências Humanas;
- o questionário é padronizado e estruturado, demandando poucas adaptações para eventos distintos;
- a amostra deve ser representativa, e para calculá-la existem aplicativos que auxiliam na definição da amostra;
- a coleta de dados pode ser feita durante a execução do evento, de forma a ter o contato com o público *in loco*;
- a análise de dados a ser realizada por estatística descritiva pode ser feita com apoio de *softwares* e aplicativos de amplo acesso e alguns deles gratuitos (aplicativos que geram formulários e gráficos). Ademais, os dados analisados por estatística descritiva (média e frequência) e sua representação gráfica permitem uma apresentação dos resultados de forma inteligível e palatável para públicos com distintas formações;
- custo-efetividade: trata-se de um método de pesquisa de baixo custo e operacionalização para aplicação no estudo em questão, podendo ser aplicado por servidores desde que devidamente instruídos e treinados, além da existência de aplicativos gratuitos que podem ser utilizados para esse fim.

A decisão de selecionar um método que gere dados seguros sobre os eventos criativos, associado à viabilidade de aplicação da pesquisa mesmo com equipes mais enxutas, considerando a heterogeneidade dos municípios, pauta-se na premissa da pesquisa aplicada, bem como no diálogo da comunidade científica com outros setores da sociedade, por meio de aproximação do mundo do trabalho e adotando premissas extensionistas associadas ao fazer científico, conforme presente no Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028 (Capes, 2024).

Para validação do método foi realizada a aplicação-piloto da pesquisa em um evento musical organizado pela prefeitura de um município de médio porte em novembro de 2022, com o apoio e autorização da gestão pública municipal. Foi mobilizada uma equipe com dois

entrevistadores, que realizaram a coleta de dados durante o evento. Com base na aplicação, pode-se sistematizar as etapas de pesquisa para que possa ser aplicada por gestores de municípios para situações análogas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenho metodológico de um método de pesquisa para avaliação de eventos criativos na dinâmica econômica local, que pode ser apropriado e reproduzido em municípios de qualquer porte e com níveis de maturidade de capacidade institucional, a primeira etapa consistiu na identificação das variáveis importantes de serem mensuradas para a propositura de um instrumento de coleta de dados, com base no referencial teórico e conforme demanda de informação do gestor público municipal responsável pelo evento no qual se aplicou a pesquisa-piloto. O Quadro 1 apresenta as variáveis identificadas.

Quadro 1 – Variáveis consideradas na pesquisa.

Variável	Descrição
Perfil sociodemográfico do público.	Idade. Renda familiar mensal. Gênero. Escolaridade. Cidade de origem.
Relações sociais.	Com quem vai ao evento.
Meio de deslocamento usado para chegar no local do evento.	Modal de transporte utilizado.
Meios de hospedagem utilizados, se for o caso.	Meio e período de hospedagem.
Gasto por pessoa no evento.	Gasto médio por evento e identificação dos itens de consumo.
Preferência por tipo de evento.	Identificação dos eventos que contemplam melhor as expectativas e convergem com os hábitos culturais e sociais da população.
Fontes de informação.	Meios pelos quais ficou sabendo do evento.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Após a definição das variáveis, foi elaborado instrumento de coleta de dados específico para este fim visando: simplicidade; rapidez na coleta de dados; aferição das variáveis elencadas no Quadro 1. A Figura 1 apresenta a reprodução do instrumento de coleta de dados.

Com base na aplicação empírica da pesquisa, sistematizou-se o processo de aplicação da pesquisa, para que seja reproduzível em situações análogas, a saber, aferição do impacto de eventos criativos em municípios de qualquer porte, com distintos níveis de maturidade de capacidade institucional. Uma vez identificada a necessidade para gerar dados sobre os eventos criativos municipais, sugere-se seguir o fluxo proposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Fluxo proposto para aplicação de pesquisa para verificar o impacto de eventos criativos na dinâmica econômica local

Fase	Descrição das etapas	Observações
Preparação 1 – Definir gestor público municipal responsável pela pesquisa.		Entende-se ser apropriado um servidor ligado à Secretaria de Cultura ou equivalente.
	2 – Selecionar os eventos culturais do calendário de eventos do município que serão objeto de aplicação da pesquisa.	Recomenda-se que todos os eventos sejam considerados, mas na impossibilidade em função da escassez de recursos, sugere-se estabelecer um critério de seleção de eventos, tais como: quantidade de público; frequência de execução; investimento realizado, entre outras possibilidades.
	3 – Definição da equipe de coleta de dados.	Os servidores selecionados devem ser instruídos, treinados e preparados para a realização da coleta.
	4 – Adequação do instrumento de coleta de dados.	O modelo sugerido apresenta questões basilares. Faz-se necessário fazer pequenas adequações conforme o evento. Outras questões podem ser inseridas, desde que com o mesmo objetivo. Evitar inserção de questões de avaliação do gestor, intenção de voto e outras que fujam da temática da pesquisa.
	5 – Preparação do formulário.	O formulário pode ser feito em versão digital, usando ferramentas gratuitas de elaboração de formulários. Para isso, faz-se necessário ter aparelhos celular ou <i>tablets</i> com conectividade para aplicação da pesquisa em campo. Caso não seja possível, o formulário pode ser reproduzido em papel e os dados posteriormente tabulados.
	6 – Cálculo amostral.	A representatividade estatística é fundamental para a representatividade e acuracidade dos dados coletados. Para isso, recomenda-se usar calculadoras amostrais disponíveis <i>on-line</i> , tal como a disponível em https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/ . Considerar: – tamanho da população e o número estimado de participantes. – Grau de confiança 90%. – Margem de erro 5%.
	7 – Distribuição da amostra.	Caso o evento ocorra em mais de um dia, fazer uma distribuição estratificada proporcional da amostra entre cada dia do evento, de forma a não concentrar a aplicação dos questionários em um único dia.

Coleta de dados	8 – Aplicação da pesquisa.	É importante delegar um supervisor para a equipe, para que faça o acompanhamento, armazenamento adequado dos formulários, verificação da aplicação correta dos formulários.
Análise	9 – Tabulação, elaboração dos gráficos.	Caso a coleta tenha sido realizada em papel, faz-se necessário tabular o conteúdo para que seja armazenado digitalmente. Os gráficos básicos são gerados automaticamente, mas a base de dados pode ser trabalhada para gerar análises mais elaboradas, com estratificação das respostas.
	10 – Análise dos dados.	Elaboração de relatório de análise com os resultados, distribuição dos resultados para os gestores envolvidos com o tema.
	11 – Elaboração de relatórios consolidados, séries históricas de dados e disponibilização dos resultados.	Recomenda-se criar um acervo de resultados de pesquisa para criação de séria histórica de dados, o que permite avaliar os resultados ao longo do tempo, bem como registrar a memória institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Este fluxograma foi elaborado durante o processo de aplicação-piloto da pesquisa e mostrou-se factível de ser aplicado e reproduzido em situações análogas e em outros municípios. Destaca-se que a contribuição desta proposta está na orientação ao uso (Motta, 2022), e pode ser caracterizada como uma inovação de processo, caso adotada por gestores de municípios, e quanto ao grau de novidade pode se caracterizar como nova para a organização que não utiliza a metodologia e passe a adotá-la, conforme Manual de Oslo (Ocde, 2006).

Pretende-se que o fluxograma de pesquisa apresentado seja um facilitador para aplicação de pesquisas nos eventos criativos de municípios diversos, de forma a dar visibilidade ao dinamismo social e econômico que a economia criativa é capaz de promover em um território. Evidencia-se a possibilidade de fortalecer a relação entre economia criativa e turismo no projeto de desenvolvimento territorial, conforme abordagem de turismo criativo proposta por Richards (2021).

Retoma-se a ideia de que a dimensão cultura que compõe o patrimônio territorial (Dallabrida, 2020) é um recurso de ativação de projetos de desenvolvimento endógeno, visto que se baseia nas especificidades locais para promoção dos projetos de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi propor um modelo metodológico de pesquisa, com operacionalização compatível com as estruturas administrativas distintas dos municípios, para verificar o impacto de eventos criativos na dinâmica econômica local.

Com base em uma propositura teórico-empírica, o modelo apresentado preza pela simplicidade, exequibilidade e baixa mobilização de recursos humanos e financeiros para sua operacionalização. Gera dados basilares, que podem ser ampliados e aprimorados conforme a apropriação da pesquisa como instrumento de apoio nas tomadas de decisão sejam incorporadas nas rotinas de gestão dos municípios.

Gerar tais dados em escala municipal pode auxiliar a evidenciar o potencial da economia criativa, para fundamentar projetos de desenvolvimento pautados nas especificidades locais, haja vista a existência de lacuna, fragilidade e falta de constância dos indicadores e métricas de avaliação da dimensão cultural.

Em um país com dimensões continentais, com evidentes iniquidades entre as regiões e municípios, disponibilizar uma ferramenta acessível e possível de ser operacionalizada para gerar dados para a gestão pública municipal pode ser uma contribuição que evidencia o papel da universidade e do conhecimento científico como partícipe da governança da sociedade.

O referencial teórico deste estudo está ancorado na abordagem territorial do desenvolvimento, economia criativa como elemento constituinte da dimensão cultural do território e capacidade institucional dos municípios. Nesse sentido, recomenda-se a ampliação para a incorporação de fase qualitativa de pesquisa com os atores sociais e institucionais envolvidos na organização dos eventos, de modo a compreender os vetores e barreiras para a realização dos eventos e identificar as afinidades e tensões entre os grupos sociais envolvidos.

Este modelo de pesquisa pode ser apropriado e aplicado nos municípios como instrumento de gestão quanto à manifestação da dimensão cultural dos territórios e das categorias da economia criativa, as quais podem ser vetores de dinamismo econômico associado às especificidades culturais locais.

A proposta deste artigo focou apenas nos eventos criativos, no entanto cabe expandir a propositura de instrumentos de coleta de dados para as demais categorias da economia criativa.

REFERÊNCIAS

- ACCO, M. A. de C. No limiar do novo: desafios para o financiamento da Economia Criativa no Brasil. In: LEITÃO, C.; MACHADO, A. F. *Por um Brasil criativo: o significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira*. Belo Horizonte: Código Editora, 2016. Disponível em: <http://tempodehermes.com/documents/POR-UM-BRASIL-CRIATIVO.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- BARROS, A.; DUARTE, J. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARROS, R. O. et al. Concepções, políticas públicas e práticas relacionadas à Economia Criativa: uma revisão integrativa da literatura. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)*, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/2884>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- BOUDIN, A. B. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*. 2. ed. Brasília: MinC, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cultura_em_Numeros_2010\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cultura_em_Numeros_2010(1).pdf). Acesso em: 29 maio 2024.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. *Relatório de Economia Criativa 2010: Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa: Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028* (versão preliminar para Consulta Pública). 2024 [on-line]. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

- CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos; PIMENTA, C. A. M. Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: a dimensão cultural e seus componentes. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, n. 59, p. 1-19, 1º jul. 2023.
- CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M.; JATOBÁ, S. U. S. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. *Cadernos Metrópole*, n. 20, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8634>. Acesso em: 29 maio 2024.
- CFA. Conselho Federal de Administração. *Índice CFA de governança municipal*. 2024. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/> Acesso em: 5 jul. 2024.
- COSTA, D. S. da. *Eventos culturais nas dinâmicas de desenvolvimento regional: um estudo de caso da Mostra Sesc Cariri de Culturas*. 2018. Tese (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90682/3/Eventos%20Culturais%20nas%20Din%ca2micas%20de%20Desenvolvimento%20Regional.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- CUNHA, N. *Cultura e ação cultural: uma contribuição a sua história e conceitos*. São Paulo: Edições SESC-SP, 2010. *E-book Kindle*.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
- DALLABRIDA, V. R. et al. Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 21, n. 59, p. e 14586, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14586>. Acesso em: 7 maio 2024.
- DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 27 maio 2024.
- DUARTE, L. B.; DRUMOND, C. E. I.; SOARES, N. S. Capacidade institucional dos municípios baianos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, 2018.
- EMMENDOERFER, M. L. Creative tourist regions as a basis for public policy. In: DUXBURY, N.; RICHARDS, G. (ed.). *A research agenda for creative tourism*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 151-166. Disponível em: [https://china.elgaronline.com/configurable/content/edcoll\\$002f9781788110716\\$002f9781788110716.00022.xml?t:ac=edcoll%24002f9781788110716%24002f9781788110716.00022.xml](https://china.elgaronline.com/configurable/content/edcoll$002f9781788110716$002f9781788110716.00022.xml?t:ac=edcoll%24002f9781788110716%24002f9781788110716.00022.xml). Acesso em: 3 jul. 2024.
- FARIA, L. A questão local: um debate para a educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 22, n. 1, 2006.
- FILIPPI, Â. C. T.; BRANDT, G. B. Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2603>. Acesso em: 28 maio 2024.
- FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte*. 2006. Disponível em: https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developolvimento.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class. And how it's transforming work, leisure and everyday life*. New York: Basic Books, 2002.
- FREITAS, M. J.; ESTEVENS, A. Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2012. *Anais [...]*. 2012.
- HELIODORO, M. S. B. *Eventos promovidos pela Câmara Municipal de Évora: avaliação da divulgação e comunicação aos turistas através das unidades hoteleiras*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Évora, Évora, 2018.
- HOWKINS, J. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. São Paulo: M. Books, 2013.
- HUERTA, A. R. Una ruta metodológica para evaluar la capacidad institucional. *Política y Cultura*, n. 30, 2008, p. 119-134.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Áreas territoriais*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html#:~:text=Trata%2Dse%20do%20reprocessamento%20anual,do%20recebimento%20das%20atualiza%C3%A7%C3%B5es%20territoriais>. Acesso em: 20 maio 2024.

- MAGNAGHI, A. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MAQUIAVELI, J. *et al.* Mercado de publicidade em Minas: pequeno não, entre montanhas – potencialidades e obstáculos na aplicação do conceito de cadeia produtiva. *Intercom*, Santos, n. 30, p. 1-13, 2 set. 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0245-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- MOTTA, G. da S. O que é um artigo tecnológico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 26, p. e220208, 2022.
- OCDE. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. *Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 2006.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 7 maio 2024.
- PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 10, n. 3 (número especial), p. 44-66, 2014. Taubaté, SP, Brasil. Disponível em <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471/394>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- PINHEIRO, C. M. P.; MARTINS, F. E. M.; BARTH, M. Criatividade, processo e economia criativa: conceitos, discussões, apontamentos. *Comunicação & Inovação*, v. 16, n. 31, p. 131-143, 2015.
- PORTO, P. C. de S.; AZAMBUJA, I. de P. Padrões espaciais da economia criativa no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6312>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- PROCHNIK, V.; HAGUENAUER, L. *Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2001.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, F. C. V. *Eventos criativos e cidades: o caso específico do Curtas Vila do Conde*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2010.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Espaços culturais*. 21 dez. 2016. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/tag/espacos-culturais/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010 – economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.
- REIS, A. C. F. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri, SP: Editora Manole, 2006.
- RESOLUÇÃO nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- RICHARDS, G. Creativity and tourism in the city. *Current Issues in Tourism*, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2623862>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- RICHARDS, G. Developing craft as a creative industry through tourism. *Brazilian Creative Industries Journal*, v. 1, n. 1, p. 3-22, 2021.
- RICHARDSON, R. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTANA, G. S.; SILVA, G. M.; BERTASSI, A. L. Economia criativa, estado, mercado e sociedade brasileira no início do século XXI. *Brazilian Creative Industries Journal*, v. 3, n. 2, p. 193-217, 2023. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/braziliancreativeindustries/article/view/3088/3242>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 27 maio 2024.
- SILVA, T. M. H. da; SANTIAGO, A. G. Territorialização das políticas municipais de cultura: os eventos criativos em espaços livres públicos de Joinville-SC. *Arq. Urb*, n. 21, p. 38-57, 2018. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/84>. Acesso em: 29 maio 2024.
- STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. *Mis-measuring our lives*. New York, USA: The New Press, 2010.

VIEIRA, E. T.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos. Economia criativa como alternativa a redução do emprego da indústria automobilística em Taubaté/SP. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3593>. Acesso em: 28 maio 2024.

UNESCO. *Economia criativa para o desenvolvimento sustentável no Brasil*. Disponível: <https://www.unesco.org/pt/node/108127?hub=66903>. Acesso em: 28 maio 2024.

Autora Correspondente:

Monica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté – Unitau

Rua Quatro de Março, 432 – Centro – Taubaté/SP, Brasil. CEP 12020-270

monicafcarniello@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

